

2.4 - HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

2.4.1. Saneamento Financeiro de Estados e Municípios

2.4.1.1. Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES

A Medida Provisória nº 2.192-70 (e edições anteriores) estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, pelos quais a União pôde, em relação às instituições financeiras estaduais: a) adquirir o controle, para privatizá-las ou extingui-las; b) financiar a extinção ou transformação em instituição não financeira; c) financiar ajustes prévios para a privatização; d) financiar, parcialmente, programa de saneamento; e e) financiar a criação de agências de fomento, dentre outros. Com o encerramento do prazo de adesão ao PROES, ocorrido em 2000, a situação das instituições objeto dos contratos firmados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, posição em 31.12.2009, encontra-se no seguinte estágio:

TABELA 2.4.1.1.a – PROES RESUMO

| SITUAÇÃO | INSTITUIÇÃO |
|--|---|
| Em Liquidação Ordinária | Banco do Estado do Acre S.A. – BANACRE |
| | Banco do Estado de Alagoas S.A. – PRODUBAN |
| | Banco do Estado do Amapá S.A – BANAP |
| | Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A – BANDERN |
| | Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. – BDRN |
| | Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso S.A. – BEMAT |
| | Banco do Estado de Rondônia S.A. – BERON |
| | Caixa Econômica do Estado de Goiás S.A.- CAIXEGO |
| | Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. – MINASCAIXA |
| | Rondônia Crédito Imobiliário S.A. – RONDONPOUP |
| Extinto | Banco do Estado de Roraima S.A. – BANER |
| Privatizados | Banco do Estado do Amazonas S.A. – BEA |
| | Banco do Estado do Maranhão S.A. – BEM |
| | Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBA |
| | Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG |
| | Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ |
| | Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO |
| | Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE |
| | Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE |
| | Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC |
| | Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL |
| Federalizados e incorporados pelo Banco do Brasil S/A. | Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC |
| | Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP |
| Saneados | Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE |
| | Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES |
| | Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARA |
| | Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL |
| | Nossa Caixa Nosso Banco S.A. |

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.

2.4.1.2. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

Lei nº 7.976/89 - Financiamento e refinanciamento, no prazo de 20 anos, pela União, de dívidas de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de entidades de suas administrações indiretas, decorrentes de empréstimos-ponte ao amparo do Aviso MF 30/83 e sucedâneos, para pagamento de compromissos financeiros externos e de operações de créditos internas com base no disposto nos Votos CMN nº 340/87 e 548/87. Ao longo do exercício de 2009, a União recebeu os seguintes valores:

TABELA 2.4.1.2.a – LEI Nº 7.976/89

| R\$ mil | |
|-----------------|-------------------|
| LEI Nº 7.976/89 | VALORES RECEBIDOS |
| Voto CMN 340/87 | 653.834 |
| Voto CMN 548/87 | 131.815 |
| Aviso MF 030/83 | 185.291 |
| TOTAL | 970.940 |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 31 de dezembro de 2009, venceram as últimas parcelas de principal e juros devidas pelos mutuários, tendo sido integralmente recuperados os montantes financiados aos devedores originais, com exceção daqueles valores inscritos em Dívida Ativa da União.

Lei nº 8.727/93 - Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. No exercício de 2009 foram recebidos R\$ 6.451.684 mil.

Lei nº 9.496/97 - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados.

Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES, integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, durante o exercício de 2009 a União recebeu o total de R\$ 18.471.602 mil.

Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores) - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2009 a União recebeu R\$ 3.471.332 mil como prestações do refinanciamento.

Medida Provisória nº 2.179-36, de 2001 - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil

em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. No exercício de 2009 foram recebidos pelo Tesouro Nacional R\$ 966.348 mil.

2.4.2. Empréstimos Concedidos

Fundef - Empréstimos concedidos pela União aos Estados, sob a égide da Lei nº 9.846, de 26.10.1999, para ressarcimento em 8 anos a partir de Janeiro/2002, destinado à compensação parcial das perdas das Unidades Federativas em decorrência da aplicação da Lei nº 9.424/96, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Durante o exercício de 2009 a União recebeu o total de R\$ 247.806 mil, relativo às prestações vencidas no período considerado. A última parcela do empréstimo devida pelos Estados foi liquidada em 30 de dezembro de 2009, tendo sido recuperados integralmente os valores emprestados aos entes da federação.

2.4.3. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB*, para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994;. Foram ressarcidos no exercício de 2009 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os seguintes montantes:

TABELA 2.4.3.a – DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA

| R\$ mil | |
|---|-------------------|
| DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA | VALORES RECEBIDOS |
| Brazil Investment Bond Exchange Agreement – BIB | 20.191 |
| Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP | 1.156.478 |
| TOTAL | 1.176.669 |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.4.4. Retorno de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto: à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços; e ao BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE. Ao longo do exercício de 2009, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores, os seguintes montantes:

TABELA 2.4.4.a – R EPASSES DE RECURSOS EXTERNOS

| R\$ mil | |
|---|-------------------|
| REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS | VALORES RECEBIDOS |
| Acordo Brasil-França | 7.704 |
| Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE | 101.855 |
| TOTAL | 109.560 |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.4.5. Saneamento de Instituições Financeiras Federais

Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento durante o exercício de 2009, foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União relativamente aos ativos em foco, R\$ 605.521 mil.

2.4.6. Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e os devidos aos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo do exercício de 2009 foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 1.977.318 mil.

2.4.7. Outros Créditos

BNDES - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos.

Outros Créditos de Origem Externa - reestruturação de dívidas de médio e longo prazos do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União.

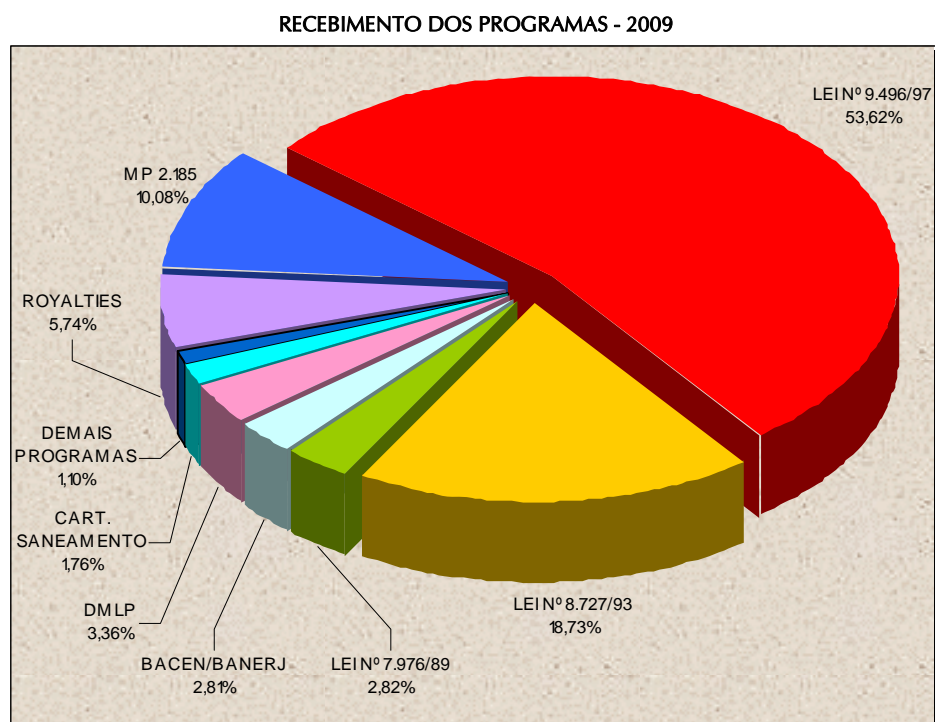
TABELA 2.4.7.a – HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2008
CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES

| R\$ mil | | |
|---|-------------------|----------------------------------|
| PROGRAMAS | RECEBIMENTOS | ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2009 |
| AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69 | 7.704 | 51.641 |
| BNDES | 0 | 1.300.007 |
| BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB | 20.191 | 52.483 |
| CARTEIRA DE SANEAMENTO | 605.521 | 2.506.786 |
| CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR CRC (*) | 0 | 402.302 |
| DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP | 1.156.478 | 5.936.334 |
| OUTROS CRED. ORIGEM EXT. | - | 82.708 |
| EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179 | 966.348 | 10.858.312 |
| FUNDEF | 247.806 | - |
| HONRA DE GARANTIA – OP. EXTERNA | - | 191.354 |
| LEI Nº 7.976/89 - MF 030 | 653.834 | 1.829 |
| LEI Nº 7.976/89 - VOTO 340/87 | 131.815 | 965 |
| LEI Nº 7.976/89 - VOTO 548/87 | 185.291 | - |
| LEI Nº 8.727/93 | 6.451.684 | 37.630.680 |
| LEI Nº 9.496/97 | 18.471.602 | 316.363.900 |
| MP 2.185 | 3.471.332 | 50.343.196 |
| AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - ROYALTIES | 1.977.318 | 11.197.391 |
| PNAFE | 101.855 | 445.004 |
| TOTAL | 34.448.778 | 437.364.890 |

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

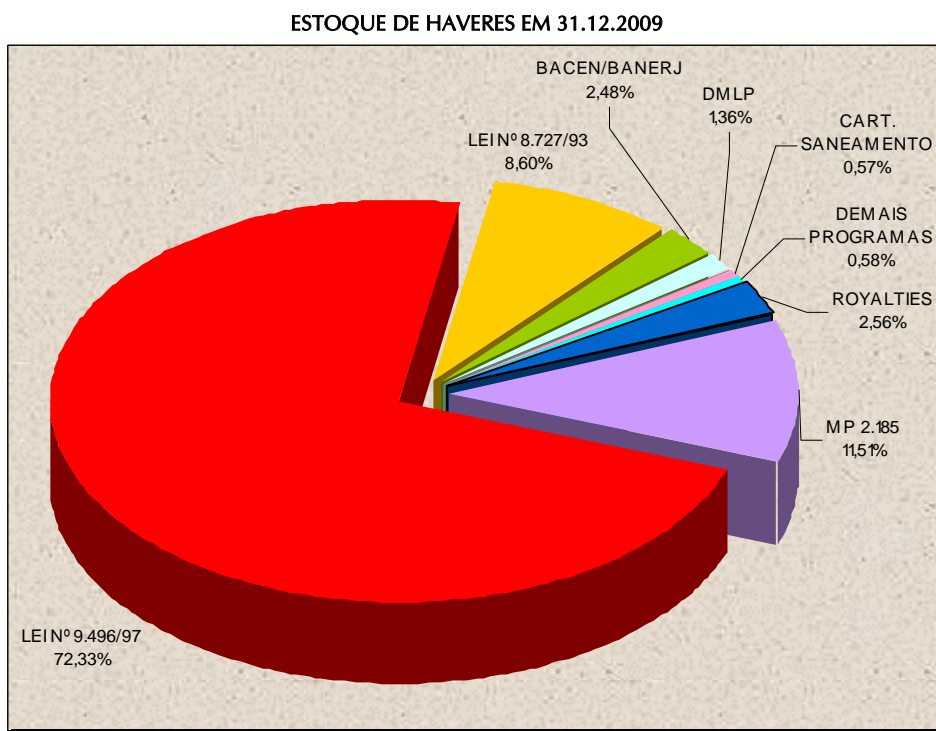
(*) Devedor CSN

GRÁFICO 2.4.7.a – ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2009



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

GRÁFICO 2.4.7.b – ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL EM 31/12/2009



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional